CURSO DE GEOGRAFIA: UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO POR CONCEITOS

Hidelberto de Sousa Ribeiro[1]
Marilene Marzari[2]

Resumo: O estudo tem como objetivo refletir sobre a experiência realizada com o ensino das principais categorias da disciplina de **Geografia Política e Geopolítica** no Curso de Segunda Licenciatura em Geografia, ofertado pelo Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica – PARFOR aos profissionais que atuam na Educação Básica. O curso aconteceu no período de 2014 a 2016, no Campus do Araguaia/UFMT e atendeu os profissionais da educação de vários municípios da Região do Araguaia. Para isso, partimos do seguinte problemática: Será que os estudantes da Segunda Licenciatura em Geografia desenvolvem o pensamento teórico, na Disciplina de Geografia Política e Geopolítica, se ensinados na perspectiva da dialética? O objetivo consistia em refletir a respeito do ensino, na perspectiva dialética, para o desenvolvimento do pensamento teórico dos alunos durante as aulas da Disciplina de Geografia Política e Geopolítica - Segunda Licenciatura em Geografia.
O referencial teórico que subsidiou os estudos foi constituído por autores como Friedrich Ratzel, Yves Lacoste, Claude Raffestin, Wanderley Messias da Costa, José William Vesentini, Marcelo Lopes Sousa Milton Santos, David Havey, entre outros autores que se dedicam aos estudos da Geografia Política e Geopolítica. No entanto, para uma melhor compreensão desses autores, buscamos nas contribuições do materialismo histórico-dialético, da teoria histórico-cultural e do ensino desenvolvimental os subsídios teóricos para mediar, planejar e desenvolver as aulas da referida disciplina. Os dados foram levantados por meio das observações em sala de aula e das produções escritas pelos alunos durante o desenvolvimento da disciplina. Como resultado do estudo destaca-se a importância do Curso de Licenciatura em Geografia, em função da carência de professores, nessa área de conhecimento, e do esforço que parte dos alunos teve durante as aulas. No entanto, se faz necessário pontuar que o aligeiramento e o formato – período de férias - dessas formações acabam comprometendo a apropriação conceitual das categorias. Isso ficou evidenciado nas produções dos alunos que revelam um conhecimento empírico, importante, mas insuficiente para desenvolver a cognição dos alunos da educação básica.

Palavras-chave: Formação docente. Desenvolvimento do pensamento. Geografia Política. Geopolítica. Estado. Território.

Introdução

O estudo tem como objetivo refletir sobre a experiência realizada com o ensino das principais categorias da disciplina de **Geografia Política e Geopolítica** no Curso de Segunda Licenciatura em Geografia, ofertado pelo Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica – PARFOR aos profissionais que atuam na educação básica, mas que carecem de formação na área de Geografia. O Curso de segunda Licenciatura foi planejado, coordenado e

---

[1] Pós-Doutor em Geografia Humana - Geopolítica (UNICAMP). Doutor em Sociologia (UNESP/Araraquara), Mestre em Geografia Humana (USP/SP). Professor de Sociologia e Geografia no Campus Universitário do Araguaia/UFMT. E-mail: hidelberto@ufmt.br.
[2] Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC/GO. Professora do Campus Universitário do Araguaia – CUA/UMFT. E-mail: marilenemarzari@uol.com.br.

executado pelos docentes, em quase sua totalidade, do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto de Ciências Humanas e Sociais – ICHS, do Campus do Araguaia – CUA da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT e aconteceu no período de 2014 a 2016, nas dependências do Campus do Araguaia II.

O PARFOR foi instituído pela Portaria Normativa n. 9, de 30 de junho de 2009 e se constitui como uma ação conjunta entre o Ministério da Educação - MEC, as Secretarias de Educação dos Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Esse Plano visa atender professores que atuam na Educação Básica e que se encontram nas seguintes situações: professores que não possuem graduação universitária na área específica em que atuam; professores que possuem formação acadêmica universitária na área em que atuam, mas carecem de formação pedagógica e professores que possuem uma Licenciatura, mas que atuam em disciplinas distintas daquela de sua formação acadêmica. Para esses, tem sido ofertado o curso de segunda licenciatura e é dela que versa nosso estudo.

Para desenvolver o Curso de Geografia - segunda Licenciatura - foi preciso elaborar o Projeto Pedagógico que seguiu as orientações estabelecidas pela Resolução CNE/CES n. 14, de 13 de março de 2002, e pela Resolução CNE n. 1, de 11 de fevereiro de 2009. Desse modo, o Projeto de Curso de Graduação - segunda Licenciatura em Geografia - tem como objetivo "[...] formar profissional para atuar no magistério do ensino fundamental, médio, técnico, em atividades de licenciatura e pesquisa, alicerçadas pelas teorias, métodos e técnicas da Ciência Geográfica". (PPC, 2004, p. 4)

Esse desafio tem como eixo central do projeto pedagógico "[...] a formação consistente e contextualizada do professor para potencializar sua ação como agente de transformação nas escolas onde atuam". (PPC, 2004, p. 8). Assim, o profissional que concluir o Curso de Graduação - segunda licenciatura em Geografia -, precisa "[...] compreender os elementos e processos concernentes ao meio natural e ao construído, com base nos fundamentos filosóficos, teóricos e metodológicos da Geografia, dominar e aprimorar as abordagens científicas pertinentes ao processo de produção e aplicação do conhecimento geográfico". (PPC, 2004, p. 9)

Diante disso, os acadêmicos devem se apropriar de um "[...] forte domínio de conhecimento teórico-metodológico para o exercício da profissão". (PPC, 2004, p.10). Isso requer, dos acadêmicos, embasamento teórico-conceitual e metodológico compatível com as exigências da educação básica.

Os participantes do curso eram professores das redes públicas de ensino – municipal e estadual - dos municípios de Aragarças (8), Barra do Garças (5), Nova Xavantina (2), General Carneiro (1), Água Boa (1), Ponte Branca (1), Querência (1), Ribeirão Cascalheira (1) e São

Félix do Araguaia (1). O curso de segunda Licenciatura foi coordenado e desenvolvido pelos profissionais do Curso de Geografia do Instituto de Ciências Humanas e Sociais do Campus do Araguaia/CUA/UFMT que elaboraram o Projeto Pedagógico do Curso – PPC de acordo com as diretrizes exigidas pelo PARFOR. A disciplina de Geografia Política e Geopolítica compunha a matriz curricular e contou com uma carga-horária de 60 horas, ministrada no mês de agosto de 2015. Participaram das aulas 21alunos que possuíam diferentes formações acadêmicas: Pedagogia (12), História (2), Letras (2), Educação Física (2), Ciências Biológicas (1), Filosofia (1) e Estudos Sociais e História (1). A idade dos alunos fica entre 34 a 58 e a experiência no magistério varia entre dois e trinta e cinco anos.

Para o planejamento e desenvolvimento das aulas nos utilizamos dos fundamentos do ensino desenvolvimental[3] que visava, a partir de uma organização didática, formar o pensamento teórico dos alunos. A decisão por esse procedimento didático foi motivada pela necessidade de buscar outras perspectivas de ensino, uma vez que os estudos de Davídov (1988) têm mostrado que as práticas de ensino, juntos aos escolares, desenvolvem apenas o pensamento empírico[4], importante, mas insuficiente para o desenvolvimento cognitivo. Nesse sentido, entendíamos que os alunos precisavam se apropriar dos conceitos, nesse estudo, de espaço, território, região, paisagem, lugar, Geografia Política, Geopolítica, estado, poder, imperialismo, geoestratégia, estratégia, entre outros, e desenvolver o pensamento teórico[5].

Em vista disso, conceitos como essência e aparência, abstrato e concreto, funções superiores, coletivo e individual, mediação didática, pensamento empírico e teórico entre outros, encontrados na teoria do materialismo histórico-dialético de Marx, na abordagem histórico-cultural de Vygotsky e no ensino desenvolvimental de Davídov[6], nortearam a mediação didática desenvolvida nas aulas, a fim de que os alunos se apropriassem dos principais conceitos de Geografia Política e Geopolítica e, consequentemente, desenvolvessem o pensamento teórico para fazerem uso em suas vidas pessoal e profissional.

Isso levantou ao seguinte **problema**: Será que os estudantes da Segunda Licenciatura em Geografia desenvolvem o pensamento teórico, na Disciplina de Geografia Política e Geopolítica, se ensinados na perspectiva da dialética?

---

[3] - Leitura do livro: MARZARI, Marilene. *Ensino e Aprendizagem de Didática no Curso de Pedagogia:* Contribuições da teoria desenvolvimental de V. V. Davydov. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

[4] - O pensamento empírico se limita ao dado aparente, o que impede uma maior compreensão das transformações, dos movimentos, da totalidade, das contradições, das variáveis próprias da formação dos conceitos científicos imprescindíveis à formação do pensamento teórico. (MARZARI, 2016, p.106).

[5] - O pensamento teórico é o processo de idealização de um dos aspectos da atividade objetivo-prática, a reprodução, nela, das formas universais das coisas. (DAVÍDOV, 1988, p. 125)

[6] - Para conhecimento desses conceitos sugerimos a leitura da Tese: Ensino e aprendizagem de didática no curso de pedagogia: contribuições da teoria desenvolvimental de V.V. Davídov.

Nosso **objetivo** era refletir a respeito do ensino, na perspectiva dialética, para o desenvolvimento do pensamento teórico dos alunos durante as aulas da Disciplina de Geografia Política e Geopolítica - Segunda Licenciatura em Geografia.

Os dados foram levantados a partir da observação decorrente das discussões, apresentações, intervenções e questionamentos realizados durante o desenvolvimento das aulas, tanto nos grupos de estudos quanto nos momentos de socialização. Além disso, fizemos uso de algumas produções escritas que os grupos realizavam ao longo do desenvolvimento das aulas. Infelizmente muitas produções e avaliações individuais e/ou coletivas foram devolvidas para os alunos e isso pode comprometer nossa análise. Se isso ocorrer, se justifica pelo fato de que não tínhamos a intenção de escrever a respeito do estudo realizado na disciplina de Geografia Política e Geopolítica, mas mudamos de ideia quando recebemos o desafio de escrever uma produção a respeito de nossa experiência enquanto professor do Curso de Geografia do PARFOR.

Situando a Geografia Política e Geopolítica

Discutir as teorias que envolvem a disciplina Geografia Política e Geopolítica**,** a partir dos fundamentos didáticos do Ensino Desenvolvimental de Davídov, requer que os alunos internalizem e se apropriem dos conceitos dessa disciplina, prioritariamente estado, poder, imperialismo, geoestratégia, estratégia entre outros propostos na ementa que segue: A Geografia Política: transformações na organização do espaço mundial; estado-nação, império e imperialismo; guerras, guerrilhas e terrorismo nos séculos XX e XXI; configuração atual do mapa do mundo; blocos econômicos e alianças políticas; o mundo em rede: técnica, ciência e informação no mundo contemporâneo; problemas geopolíticos brasileiros. Elementos de prática para o ensino fundamental e médio.

Para isso, os objetivos da disciplina consistiram em analisar a constituição do campo da Geografia Política e Geopolítica e as dimensões espaciais do poder e seus desdobramentos nas decisões e ações políticas que impactam no cotidiano dos cidadãos e dos estados e; refletir a respeito das questões geográficas que se associadas ao processo teórico-prático e didático-pedagógico da sala de aula, fundamental para a formação dos professores de Geografia que atuam na Educação Básica.

Para alunos que cursaram essa segunda Licenciatura, as teorias que fazem parte da Geografia Política e, consequentemente, da Geopolítica são fundamentais para a compreensão e análise de questões ligadas às geoestratégias e às práticas políticas por parte dos estados, das

corporações econômicas e dos grupos sociais, sempre visando às conquistas, controle e organização de territórios em diferentes espaços. Para dar conta dessa proposta, autores[7] como Friedrich Ratzel (1990), Nicolau Maquiavel (2002), Raymond Aron (2002), Karl Von Clausewitz (1979), Yves Lacoste (2003), Claude Raffestin (1993), Paul Kennedy (1989), Paul Claval (1978), Eric Hobsbawm (2007), Samuel Paul Huntington (1998), David Harvey (2005),Wanderley Messias da Costa (1992), Golbery do Couto e Silva (1967), Naomi Klein (2008), Demétrio Magnoli (1994), Marcelo Lopes Sousa (2013), José William Vesentini (2015, 2013, 2010). Horacio Capel (1983), Shiguenoli Miyamoto (1995), entre outros autores que se dedicam aos estudos da Geografia Política e Geopolítica.

Em nosso entendimento os estudantes deveriam que ter clareza das teorias que fundamentam essa disciplina, principalmente no que diz respeito à compreensão do poder exercido por certos países/estado-nações. Para isso, buscamos em Vesentini (2013) a fundamentação teórica para situar a *G*eografia Política que, segundo o referido autor, vem sendo discutida ao longo dos anos e está demonstrado em inúmeros livros publicados nos séculos XVII, XVIII e XIX. Esses estudos têm mostrado que a concepção de Geografia Política nasceu com a obra *Politische Geographie* de Friedrich Ratzel (1897), ficando claro que Ratzel não criou o rótulo "geografia política"; apenas redefiniu seu conteúdo, ou seja, o estudo geográfico da política, uma concepção de política que muito se deve à leitura de Maquiavel.

Vesentini (2015) afirma ainda que a Geografia Política moderna nada mais é do que um estudo geográfico da política, ou estudo das relações entre espaço e poder. Em vista disso, Ratzel forneceu as bases para o início de um estudo sistemático da dimensão geográfica da política em que as categorias espacialidade e territorialidade passaram a ser objetos de preocupação das ações políticas por parte dos estados.

Para Ratzel *Apud* Capel (1983) o solo/território[8] era quem viabilizaria a existência de uma nação e o seu progresso. Nessa concepção, a disputa entre povos (espécies humanas mais evoluídas) era apropriada para a evolução e reafirmação das sociedades consideradas mais evoluídas/adaptadas que venceriam a luta pela sobrevivência, impondo seus domínios. Nesse sentido, os europeus, considerados mais adaptados, deveriam dominar os outros povos. Por isso, o objeto geográfico de estudo da Geografia Política **é** a influência das condições naturais na sociedade e como essas condições atuam na fisiologia, no caráter dos indivíduos e na condição social, bastando, para isso, que o estado intervenha para tornar isso um processo simbiótico.

---

[7]. Referência completa no final do texto.
[8] Solo em algumas passagens em Ratzel aparece com espaço/território.

Nesse sentido, Ratzel veio proclamar o Estado como um ente sociopolítico caracterizado tanto pelo espaço (*Raum*) como pela respectiva posição (*Raumsinn*) e estabeleceu algumas das chamadas leis da geopolítica; uma dela é o papel desempenhado pelos estados nas conquistas territoriais. Em vista disso, a Geografia Política ganha um novo significado, passando a ser entendida como o estudo geográfico ou espacial da política e não mais como um estudo genérico dos Estados. Diante disso, segundo Vesentini (2013), a Geografia Política busca fontes para ajudá-la a investigar o espaço geográfico, dentre elas destacam-se: a observação permanente das relações políticas que acontecem no espaço; os trabalhos produzidos nas academias como livros, periódicos, fundamentalmente as publicações de origem militar e os relatórios diplomáticos, dentre outros.

Para maior compreensão da teoria de Ratzel se faz necessário associá-la ao contexto político e às questões relacionadas ao poder liderado pelos estados nas disputas territoriais. Exemplo disso são as legitimações das conquistas dos territórios coloniais, o que mostra que a teoria de Ratzel foi utilizada para legitimar o imperialismo alemão.

Por isso, Ratzel foi considerado, por muitos, o fundador da Geografia Política vista como a "Geografia do Estado", ou seja, a ciência que deveria analisar as relações que conectam território, povo e Estado. Sendo o Estado definido como um "organismo ligado ao solo" como uma espécie de organismo biológico, cuja superfície/território varia com o passar dos anos. Com esse propósito, Ratzel considerava não somente os organismos vivos na sua individualidade, mas também no seu solo, garantindo o seu crescimento demográfico. Para isso, necessitavam expandir o seu âmbito territorial, a fim de tirar o sustento pelas conquistas de seus espaços vitais – o *lebensraum*.

Atualmente, a Geografia Política passou a centralizar seus estudos numa região humanizada como uma unidade política, observando suas bases geográficas e territoriais, as modificações na distribuição demográfica, o potencial econômico, comparando-as com as que estão em seu entorno e com os outros fenômenos sociais.

Diferentemente da Geografia Política, a Geopolítica Clássica, tal como conhecemos, vem da escola Alemã e se funda numa concepção de expansão territorial dos estados, tanto que "[...] a geopolítica enquanto estudo de influência dos fatores territoriais na ação política, existe desde quando o homem embarcou em uma vida do tipo política". (GOTTMANN *Apud* CONTINI, 2015, p. 01). Todavia, a Geopolítica, como "nova ciência", veio a ser sistematizada, na Alemanha, somente nas primeiras décadas do Século XX, trazendo, em grande parte, as aspirações da obra de Friedrich Ratzel (*Politsche Geographie*, 1897)

A palavra *geopolítica,* criada no início do século XX, mais precisamente em 1905, pelo jurista Sueco Rudolf Kjellén apareceu em um artigo denominado "As grandes potências". A preocupação fundamental de Kjellén era compreender a correlação de forças militares, atualmente essas forças são de ordem econômico-tecnológica, cultural e social, em nível territorial, com ênfase no espaço mundial. Na prática e conceitualmente, tem sido difícil de separar e distinguir a Geopolítica da Geoestratégia e, consequentemente, da estratégia.

Nesse sentido, para as tomadas de decisões geopolíticas é fundamental considerar a relação entre os processos políticos e as características geográficas dos estados, isto é, localização, território, posse de recursos naturais, contingente populacional, geologia, topografia, clima, ecologia (relação entre os aspectos animais, vegetais e humanos), além das relações de poder internacionais entre os estados e entre estado e sociedade.

Vale ressaltar que no transcorrer da expansão imperialista, ocorrida entre meados do Século XIX e término da segunda Grande Guerra, os juízos de valor e/ou as análises a respeito do poderio de um Estado e das grandes potências mundiais ou regionais eram geralmente feitos por meio da guerra que era monopólio dos estados e dos militares. Atualmente é quase unanimidade entre os teóricos da Geopolítica que as disputas pelos poderes e conquistas de novos territórios não são mais monopólios dos estados, se disseminaram pelas grandes empresas, Organizações Não-Governamentais - ONGs, sindicatos entre outras instituições.

De acordo com Vesentini (2015), a Geopolítica passou a ser vista como uma área ou campo de estudos interdisciplinar, visto que para uma ação ou entendimento geopolítico há de se considerar os conhecimentos de outras áreas como: Sociologia, Antropologia, História, Ciência Políticas, entre outras.

Para apreender as teorias que fundam a Geografia Política e Geopolítica entendíamos que os alunos deveriam ter domínio de outros conceitos, principalmente de espaço, região, território, lugar e paisagem, pois, sem isso encontrariam dificuldades para analisar, tanto teoricamente quanto na prática, o campo de estudo da Geografia Política e Geopolítica. Em outros dizeres, os fundamentos dessas áreas de conhecimentos são importantes para o entendimento do que seja estado-nação, pátria, patriotismo, relações de poder e as estratégias que envolvem decisões e ações políticas na conquista e manutenção de territórios que parte dos estados, das empresas e dos grupos sociais, cujas ações impactam diretamente no cotidiano dos cidadãos e dos estados. Além disso, a intenção era fazer com que os alunos refletissem sobre as questões geográficas que, associadas ao processo teórico-prático e didático-pedagógico, são fundamentais para a formação dos professores de Geografia que atuam na Educação Básica.

Em função dessas propostas, as primeiras aulas foram dedicadas às discussões de conceitos como espaço, região, território, lugar, paisagem, entre outras, necessários à apropriação das teorias da Geografia Política e da Geopolítica. Em seguida, passamos a centrar as discussões nos teóricos que fundamentam a Geografia Política e a Geopolítica com vistas à compreensão e análise das categorias de estado, poder, soberania, fronteira, limites territoriais, imperialismo, geoestratégia, estratégia, entre outros.

Mesmo considerando que as categorias acima referidas tenham sido estudadas em outras disciplinas da matriz curricular do Curso, percebemos que a maioria dos alunos sabia apenas defini-las e não conceituá-las. Isso foi sendo percebido a partir das dificuldades em verbalizá-las e, ao mesmo tempo, relacioná-las por meio de exemplo práticos.

Em vista disso, ao percebemos a necessidade dos alunos terem domínio conceitual das principais categorias da Geografia, propomos a leitura do texto "A importância dos conceitos da Geografia para a aprendizagem de conteúdos geográficos escolares" de Lisboa (2014) e o vídeo "Conceitos de Geografia – paisagem, território, lugar e região". Importante registrar que todas as ações foram organizadas em grupos (coletivo) para que a aprendizagem se efetivasse de forma individual. Inicialmente os alunos 'reclamaram' dessa organização, mas com o passar das aulas perceberam o quanto era importe ler, discutir, ouvir, dialogar, verbalizar e produzir textos, tudo para se tornar um processo de internalização e apropriação do que estava sendo estudado.

Na sequência, solicitamos que um componente de cada grupo verbalizasse, para os demais grupos, aquilo que haviam produzido. A perspectiva era de que no final dessa ação todos tivessem se apropriado dos conceitos. Entretanto, em nossa avaliação, os estudantes apenas conseguiram ampliar a compreensão inicial, carecendo ainda de um maior domínio dos conhecimentos geográficos para a formação do pensamento teórico como veremos nas produções que se seguem.

> Espaço geográfico é o espaço social, produto da ação do homem sobre a natureza. Lugar é a parte do espaço geográfico apropriada para a vida. Paisagem é a relação de tudo que os sentidos humanos percebem e apreendem. Sendo ela natural ou artificial. Território é a relação de poder delimitado e definido. Redes geográficas é conjunto de localizações interconectadas. (Produção escrita realizada, em agosto de 2015, pelos professores: A.; E.; N.; U.)

> Espaço geográfico pode ser entendido como sendo a área na qual um determinado grupo se apodera dos recursos em nome da coletividade; partindo do global para o particular e vice-versa. Paisagem é um conjunto de elementos como 'solo, vegetação, cheiros e cores', na qual é possível visualizar sua exploração, pode ser natural ou artificial. Lugar pode ser de escala local, regional ou global, estando associado a cada indivíduo ou grupo. Ocorrendo uma valorização das relações de afetividade desenvolvidas pelos indivíduos em

> relação ao seu ambiente, ou seja, está relacionado aos diversos tipos de experiências e envolvimento com o mundo. Território é um espaço geográfico, na qual é exercida uma esfera de poder para manter o controle [...]. A região pode ser compreendida como sendo: natural [...] e geográfico [...]. Redes geográficas é um conjunto de mecanismos variáveis que se relacionam entre si, visando melhor eficiência e lucro, podemos exemplificar os avanços na exportação de produtos agropecuários. Escala é uma relação tanto local como global, com as mesmas implicações que se relacionam da regional para a global envolvendo os processos sociais, econômicos e políticos. Território pode ser compreendido como sendo um instrumento de exercício do poder, no qual o conhecimento geográfico é usado como ferramenta para elaborar uma estratégia e ampliar suas fronteiras, levando em conta a paisagem, o espaço geográfico, o lugar, o território, a região e os recursos. (Produção escrita realizada, em agosto de 2015, pelos professore: D.; E.; L.; W.)

Como se percebe, essas produções mostram que os alunos apenas definiram as categorias geográficas, indicando que ainda precisam desenvolveram a capacidade de reproduzir[9] e de se utilizarem desses conhecimentos para realizar generalizações teórico-práticas, ou seja, de virem a faze uso na prática social. Outro grupo produziu em texto em que tentou ampliar as definições dessas categorias, como se observa na produção a seguir:

> Espaço geográfico é o produto da ação do homem sobre a natureza. Segundo Corrêa (1982) o espaço é apresentado como 'um todo'. Já Milton Santos compreende o espaço como um conjunto indissociável, no qual a história acontece. Lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado e compreendido o habitat, o lugar e onde estão as referências pessoais, valores que direcionam as diferentes formas de perceber, construir as paisagens e o espaço geográfico. Paisagem, segundo Troll, é o conjunto das interações homem – meio, algo além do visual – processo de articulação entre os elementos constituintes. De acordo com Bertrand definiu-a como resultado sobre certa porção do espaço. Sendo ainda que a paisagem se configura como a materialização das condições sociais de existência diacrônica e sincronicamente. Território é essencialmente um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder. Santos afirma que o território é definido pelas relações de poder tecidas na existência de práticas socais que fazem parte da vida dos alunos. Dentro desse contexto os atores sociais territorializam o espaço no momento em que dele se apropriarem. [...]. Região é compreendida como meio para as interações sociais, tratando-se da ideia política da região com base na ideia de dominação e poder, constituindo fatores fundamentais na diferenciação de áreas, segundo Corrêa. Isso significa que regionalizar é uma tarefa de dividir o espaço segundo diferentes critérios. Dentro desta perspectiva a região é uma classe de área fruto de uma classificação geral que divide o espaço segundo critérios que justifiquem a sua importância para determinadas explicações. Rede geográfica trata-se de um conjunto de nós interconectados, sendo nó o ponto no qual uma curva se entrecorta. De acordo com Corrêa, a rede geográfica é um conjunto de localizações sobre a superfície terrestre, articulado por vias e fluxos. (Produção escrita realizada, em agosto de 2015, pelos professore: I.; W.; M.; M.)

---

[9] - Reprodução no sentido da recriação das práticas humanas historicamente desenvolvidas e não como mera imitação, repetição e memorização mecânica dos conhecimentos.

Embora os alunos tenham buscado auxílio em alguns autores para ampliar o texto escrito e conceituar as categorias, percebemos que a produção avançou muito pouco em relação à conceituação, uma vez que permaneceu tão somente na definição. Em nossa avaliação, os alunos ainda carecem de uma maior compreensão conceitual da totalidade, a qual é constituída pelo conjunto das categorias e que sem essa compreensão, analítico-metodológica, permanecem no nível do pensamento empírico, ou seja, apenas conseguem definir o resultado/produto do conhecimento.

No entanto, essas produções mostraram que os alunos conseguiram apenas definir as categorias usadas na Geografia, deixando de conceituá-las. Além disso, para alunos que se formariam em Geografia faltava clareza a respeito do objeto de estudo dessa Ciência - o espaço. Para conceituá-lo deveriam considerar as questões políticas, ideológicas, culturais, interesses de grupos e classes sociais que fazem parte de uma totalidade. Isso nos remete a Milton Santos para quem o espaço: "É formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá". (SANTOS, 1997, p. 63)

Por outro lado, o autor afirma que o espaço não pode ser considerado ou formado apenas pelas coisas, pelos objetos geográficos naturais e artificiais, mas por tudo que existe na natureza e pelo que foi criado pela sociedade no decorrer da história. Assim, cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. Nesse sentido, a relação entre espaço geográfico e sociedade, aparece na paisagem, configuração geográfica (espacial).

A percepção desse processo nem sempre fica evidenciada porque a Geografia carrega uma história marcada pela concepção autoritária, com viés positivista e determinista, que começa a ser modificada a partir dos teóricos críticos, em meados dos anos 70, do Século XX. Antes disso, muitos teóricos da Geográfica eram reticentes em esclarecer as relações ideológicas e de poder que permeavam e impediam os avanços dos estudos geográficos. Em vista disso, discutimos que era necessário observar os "arranjos espaciais", pois estes demarcam e camuflam interesses de grupos e classes sociais. A esse respeito nos reportamos ao trabalho de Da Silva e Da Silva para mostrar que a Geografia

> [...] se ocupa dos estudos da transformação do espaço, das relações dialéticas e das mudanças que ocorrem no contexto mundial. Assim, refletir sobre o ensino de Geografia na atualidade implica pensar num processo amplo e complexo, sobretudo pelas rápidas transformações que ocorrem nas várias dimensões, a saber: política, econômica, social, ambiental e cultural. Assim, cabe ao professor de Geografia acompanhar e evidenciar tais transformações no âmbito escolar. (DA SILVA; DA SILVA, 2012, p. 02)

Sem refletir e analisar a "totalidade" que forma a "configuração geográfica (espacial)" o aprendizado, nos dizeres de Davídov (1988), é tão somente um conhecimento empírico, fundado em definições e classificações. Por isso, ajudam somente a desenvolver o pensamento empírico "[...] que se realiza com ajuda das abstrações e generalizações de caráter lógico-formal e somente leva a formar os chamados conceitos empíricos". (DAVÍDOV, 1988, p. 104). Nesse sentido, o que se aprende contribui muito pouco para a formação da consciência e do pensamento teórico necessário para realizar generalizações científicas. Para formar o pensamento teórico é necessário desenvolver uma prática de ensino que caminhe na direção da essência originária do conteúdo e, a partir disso, deduza as múltiplas propriedades particulares da disciplina e/ou do objeto estudado. Esse procedimento ajuda os alunos a reproduzirem mentalmente o conteúdo em estudo e a desenvolver o pensamento cognitivo.

No entanto, a verbalização realizada pelos alunos em sala de aula revelou que as discussões feitas durante as aulas da disciplina de Geografia Política e Geopolítica os deixaram cientes da necessidade de se ter o domínio dos conceitos geográficos para se ensinar Geografia. Em função disso, no transcorrer das aulas da referida disciplina chegaram à conclusão de que precisavam entender também as categorias: estado, poder, soberania, fronteira, limites territoriais, imperialismo, geoestratégia e estratégia para aplicá-las, uma vez que são fundantes do corpo teórico da disciplina e, também da Ciência Geográfica.

Na sequência das aulas discutimos que o domínio desses conceitos era imprescindível para o entendimento e análise das políticas territoriais, das formas de conquistas e controle dos espaços e dos territórios por parte dos estados, das corporações econômicas e das entidades da sociedade civil. Em vista disso, decidimos por manter o mesmo procedimento de estudo, ou seja, discussão em grupos, como forma de perceberem que o processo de aprendizagem ocorre, no dizeres de Vygotsky (2001) do coletivo para individual. Assim, todos poderiam estar internalizando e se apropriando dos conceitos fundamentais desses "campos" de conhecimentos.

Para isso, utilizamos textos de autores como José William Vesentini**.** *O que é Geopolítica? E Geografia Política*? Wanderley Messias da Costa. *Geografia Política e Geopolítica*; Friedrich Ratzel. *Geografia*; Yves Lacoste. *A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*; Claude Raffestin. *Por uma geografia do poder;* Karl Von Clausewitz. *Da guerra,* entre outros, além dos vídeos: imperialismo e cidades ocultas.

A leitura dos textos e a análise dos vídeos visavam fazer com que os alunos chegassem à essência da Disciplina e pudessem conceituá-la, entendendo conceitos como ferramentas mentais (intelectuais), complexas que requerem a abstração da essência do objeto. Nessa perspectiva, para conceituar algo o procedimento de ensino deve "[...] assemelhar-se ao

procedimento de exposição dos conceitos científicos, tal qual a exposição realizada pelo pesquisador no processo de criação que originou os conceitos". (FREITAS, 2011, p. 73). Isso faz com que os alunos se apropriam das conclusões científicas obtidas com a investigação do objeto e desenvolvem ferramentas mentais que permite a conceituação das categorias.

Em vista disso, os textos produzidos pelos alunos mostraram que a maioria ainda está no nível do empírico[10], ou seja, se mantém na mera observação e com base em deduções simples e, por vezes, passível de equívocos.

Para que os alunos chegassem ao nível do conhecimento científico, isto é, de julgamento – momento em que se desenvolve a consciência – foi proposto tarefas – perguntas, questionamentos, situações-problemas - que colocaram os alunos em atividade de aprendizagem, guiados pelo movimento dialético de pensamento, ou seja, do abstrato para o concreto pensado. Mesmo que as aulas tenham sido desencadeadas nessa perspectiva, a proposta ainda ficou a desejar, pois no máximo que os alunos conseguiram foi avançar para a definição empírica das categorias. Exemplo disso foram as produções que se seguem:

> Geografia política faz levantamento de dados sobre um povo, sua cultura, território e geologia. A Geopolítica faz uso dos dados da geografia política para montar estratégias em favor e grupos sociais e para isso necessita do conhecimento de outras áreas como a antropologia, a sociologia, a história, a psicologia e outras. Conhecimento geográfico é importante para as empresas, militares, estado e organização vivis, pois esse conhecimento é sistematizado, elaborando-se estratégias que dizem respeito a disputa de poder no espaço mundial, poder que implica em dominação via estado ou não, que pode ser cultural, sexual, econômico, repressivo ou militar. Cada grupo utiliza esse conhecimento a seu favor em busca de dominação e poder. (Produção escrita realizada, em agosto de 2015, pelos professore: A.; E.; M.; N.; U.)

Mesmo que tenham avançado na compreensão das categorias, ainda carecem de atingir o nível teórico esperado para um curso de formação de professores – segunda Licenciatura. Isso pode ser percebido na produção de um dos grupos que conseguiu uma melhor compreensão das categorias, mesmo assim, deixou de conceituá-las.

> A Geografia Política existe há séculos, mas podemos entender como um estudo geográfico da política, ou como o estudo das relações entre espaço e poder. A Geografia política só vai se preocupar com o meio ambiente – as características 'naturais' do território (localização, paisagem, formato etc). Ela é identificada com os estudos sistemáticos, assume uma dada concepção do estado, este aparece desprovido de contradições internas e movimento histórico, como uma entidade geral e abstrata pairando acima da sociedade. A Geopolítica diz respeito às disputas de poder no espaço mundial, ou seja, implica dominação.

[10] Disponível em: <www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0250.html>. Acesso em 13 maio 2015.

> Ela não se preocupa em firmar-se como um conhecimento da realidade e sim como 'um instrumento de ação, um guia para a atuação de tal ou qual estado. Se preocupa com a chamada escola macro/continental planetário que é a disputa do poder mundial. Hoje podemos notar a sua contribuição na área ou campo de estudo interdisciplinar, pois ela representa de certa forma várias áreas do conhecimento. O Conhecimento geográfico é importante para os militares na questão de conhecer o espaço geográfico para traçar estratégias de defesa e ataque em casos de guerra. Para as empresas é importante conhecer o local, incentivo fiscal, o potencial econômico, a logística, para as organizações civis acontece quando há necessidade de se estabelecer num território, limitar suas fronteiras e traçar estratégias para a expansão de seus territórios. (Produção escrita realizada, em agosto de 2015, pelos professore: A.; A.; J.; K.; S.).

Temos a consciência de que a organização didática das categorias fundamentais da Disciplina de Geografia Política e Geopolítica poderia ter contribuído, mais significativamente, para o desenvolvimento cognitivo dos alunos. Porém, as condições concretas que envolvem um programa como o PARFOR, dificultaram nosso propósito que era fazer com que os alunos se apropriassem e conceituassem essas categorias. Mesmo assim, temos que registrar que as leituras, os debates e as ações propostas contribuíram para a tomada de consciência dos alunos a respeito da importância de saber conceituar as categorias utilizadas pelas disciplinas do Curso de Geografia, fundamentais para a formação do profissional que atua na Educação Básica.

Nessa perspectiva, segundo Marzari (2016), é preciso desencadear mudança nas práticas de ensino instituídas e vivenciadas durante anos de educação escolar, tanto por parte do professor quanto dos alunos. Tarefa essa bastante difícil, mas possível quando se tem a consciência de que aprendemos os conteúdos de forma empírica e buscamos alternativas que favoreçam a criação de "[...] ferramentas intelectuais tão poderosas [...] que os alunos podem tomá-las no mundo exterior e aprender as complexidades desse mundo com a ajuda dessas ferramentas". (ENGESTRÖM, 2002, p. 200). Por fim, podemos dizer que uma boa pedagogia da Geografia "[...] é aquela segundo a qual o aluno sai das aulas pensando, raciocinando, investigando e atuando com o modo próprio de pensar, raciocinar, investigar e atuar da geografia". (LIBÂNEO, 2011, p. 95)

Considerações finais

Sabemos das demandas da Educação Básica, principalmente em relação à formação de professores para atuar nas diferentes áreas do conhecimento. Por isso da criação de Programas como o PARFOR para suprir uma necessidade que está materializada nas salas de aula, principalmente das últimas duas etapas da educação básica. Reconhecemos essa importância, porém se faz necessário refletir sobre o aligeiramento dessas formações, uma vez que a maioria

dos alunos que frequentou o Curso de Licenciatura em Geografia possuía formação em Pedagogia que tem outras especificidades formativas; além de outros cursos que possuem particularidades próprias de cada ciência.

Queremos dizer com isso que em dois anos de curso e com disciplinas de 60 horas, distribuídas em seis dias (dez horas diárias) comprometendo uma formação que requeria tempo para 'reflexão e "maturação intelectual" a respeito do conhecimento Geográfico. Além de estarem submetidos a essa carga diária de aula, acabaram tendo que renunciar aos períodos de férias para poderem fazer o Curso. Isso sem considerar que alguns deles precisaram se deslocar de outros municípios - longas distâncias - e acamparem no próprio Campus para poder estudar. Não eram raras as vezes que mencionavam as preocupações e a saudade, principalmente dos filhos e demais familiares que ficaram distantes. Soma-se a isso, o pouco hábito de leitura, principalmente dos clássicos da Geografia e o aligeiramento do Curso proposto pelo PARFOR.

Embora todos os participantes do Curso de Licenciatura Geografia possuíssem experiência docente, mesmo que em tempos diferentes, marcada por uma prática didático-pedagógica, não foram raras as vezes que a metodologia por nós proposta conflitava as práticas positivistas, da individualidade, da resistência de se trabalhar em grupo, de vivenciar outras perspectivas de planejar e desenvolver o ensino. Isso ficou bastante evidenciado quando de nossa proposição de se trabalhar a metodologia do Ensino Desenvolvimental de Davídov, que requer estudos em grupo – do coletivo para individual – a fim de que todos pudessem se apropriar das categorias para formar o pensamento teórico, ou seja, avançar do abstrato para concreto pensado.

Diante disso, podemos afirmar que a situação concreta dos participantes do Curso fez com que avançássemos em nosso propósito, embora a maioria das produções pontue a definição dos conceitos de forma aparente, pontual e descritiva, ou seja, empírica. Para desenvolver o pensamento teórico precisaria de mais tempo e dedicação aos estudos para que se apropriasse conceitualmente de cada uma das categorias fundamentais para a compreensão da Ciência Geográfica e poder ensinar na Educação Básica. Isso nos remete a um questionamento: Como ensinar as categorias de Geografia para que os alunos da Educação Básica desenvolvam o pensamento teórico se os próprios professores conseguiram, com muito esforço, desenvolver o pensamento empírico?

Sabemos da necessidade de se ter o domínio teórico das categorias de ensino da ciência estudada, uma vez que a escola tem a finalidade de desenvolver o pensamento teórico de seus alunos. Para isso, há a necessidade de uma melhor preparação teórico-prática dos professores, embora a maioria dos cursos de formação docente ainda tenha deixando de contemplá-la. Isso faz com que os professores acabem ensinando os conteúdos apenas de forma

empírica que, segundo Davídov (1988), pouco contribui para o desenvolvimento integral dos alunos.

Por isso, ensinar requer a tomada de decisão e isso implica posicionamento teórico e político, ou seja, se quisermos desenvolver a cognição dos alunos, as aulas precisam ser planejadas e desenvolvidas a partir dos referenciais que dêem sustentação a essa prática pedagógica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução** CNE/CES 14, de 13 de março de 2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 33.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CP 1/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 12 de fevereiro de 2009, Seção 1, p. 16.

CAPEL, Horacio. *Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea*. 2. ed. Barcelona: Barcanova, 1983.

CONTINI, Alaerte Antonio Martelli. Da Geopolítica Clássica à Geopolítica Crítica. Disponível em: < www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista...id....>. Acesso em: 12 maio 2015.

DAVÍDOV, Vasili Vasilievich. *La enseñaza escolar y eldesarollopsiquico*: investigación psicológica, teórica y experimental. Moscou: Editorial Progreso, 1988.

DA SILVA, Maria do Socorro Ferreira; DA SILVA, Edimilson Gomes. O ensino da geografia e a construção dos conceitos Científicos geográficos. *VI Colóquio-Educação e contemporaneidade.* São Cristóvão – SE, 20 a 22 de setembro de 2012.

ENGESTRÖM, Yrjö. Non scolaesed vitae discimus: como superar a encapsulação da aprendizagem escolar. In: HARRY, Daniels (Org.). *Uma introdução à Vygotsky*. São Paulo: Loyola, 2002.

FREITAS, Raquel Aparecida Marra da Madeira. Aprendizagem e formação de conceitos na teoria de Vasili Davydov. In: LIBÂNEO, José Carlos; SUANNO, Marilza Vanessa Rosa; LOMONTA, Sandra Valéria. *Concepções e práticas de ensino num mundo em mudança*: diferentes olhares para a didática. Goiânia: CEÉD/Editora PUC de Goiás, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos; SUANNO, Marilza Vanessa Rosa; LOMONTA, Sandra Valéria. *Concepções e práticas de ensino num mundo em mudança*: diferentes olhares para a didática. Goiânia: CEÉD/Editora PUC de Goiás, 2011.

MARZARI, Marilene. *Ensino e Aprendizagem de Didática no Curso de Pedagogia*: Contribuições da teoria desenvolvimental de V. V. Davydov. Jundiaí: Paco Editorial: 2016.

RATZEL, Friedrich.l *Geografia*. São Paulo: Ática, 1990. 1897????

SANTOS, Milton. Espaço e método. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997 (Coleção Espaços).

UNIVERDISADE FEDERAL DE MATO GROSSO/CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO ARAGUAIA. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia**. Barra do Garças, 2004.

VISENTINI, José William**.** O que é Geopolítica? E Geografia Política? *Geocrítica – Geopolítica***.** Ensino de geografia. Disponível em: <www.geocritica.com.br/geo**politica**.htm>. Acesso em: 15 maio 2015.

_____. *Novas geopolíticas*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.